

Deputado denuncia empreguismo

BRASÍLIA — A publicação no Diário do Congresso Nacional da relação dos funcionários de cada gabinete parlamentar, com seus respectivos currículos, a função que desempenham e o salário que recebem é o remédio que o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT—SP) defende para inibir o empreguismo no Congresso Nacional, onde é usual a prática de contratar parentes. “Como a democracia não tem solução jurídica para tudo, o remédio é tornar público o staff de cada deputado, para que o eleitor saiba em quem votou”, justifica.

O deputado Hermes Zanetti (PSDB—RS) faz questão de salientar que o funcionário do gabinete pode ser usado como expediente para aumentar o salário familiar dos parlamentares, e revela-se preocupado com o desgaste do Legislativo, causado pelo empreguismo. “O Congresso está recuperando suas prerrogativas com a nova Constituição, mas restaurar poder significa também restaurar imagem”,

salienta Zanetti. Mais incisiva, a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) diz que simplesmente se recusa a aumentar a renda familiar com dinheiro público.

Além de não contratar pessoas da família e eleitores — “gabinete também não é lugar de cabo eleitoral” —, a deputada reforça o salário de seus funcionários com adicionais que tira de seu próprio bolso. “Faço-os trabalhar a partir das 7h da manhã sem ter hora para sair e tenho um retorno muito bom porque pago melhor”, garante. Tutu desentendeu-se com seu primeiro marido, o jornalista Alaor Gomes, justamente por ter apoiado seu pai numa atitude contra o empreguismo. Quando ouviu do genro a sugestão de empregá-lo como seu secretário, ao eleger-se presidente, Jânio Quadros respondeu: “Muito obrigado, meu jovem; prefiro errar sozinho a errar com parentes.”